

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2017/033065
RECORRENTE: FABRÍCIO NASCIMENTO PEREIRA
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: R000504717

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 218, II do CTB: Ausência de petição de Recurso/pedido. Art. 4º, inciso IV da Resolução nº 299 do CONTRAN. Recurso Não Conhecido.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto com fundamento no Art. 13, da Resolução 619/2016 do CONTRAN, em oposição à lavratura de auto de infração de número R000504717. Ocorre que o Recorrente não observou o quanto determinado pelo art. 4º IV da Resolução 299/08 do CONTRAN.

O Recorrente junta, em parte, a documentação necessária à análise de suas argumentações, tais como cópias da Notificação de Imposição de Penalidade – NIP, CRVL, entretanto, não formulou pedido no seu requerimento, o que por óbvio, é óbice ao prosseguimento da cognição sobre o mérito deste Julgador.

É o relatório.

Voto

NÃO Restam superadas, em parte, as questões de Ordem Processuais, ao menos no que se refere a tempestividade e a capacidade postulatória da parte, entretanto, há impedimento à apreciação do mérito, por ausência de causa de pedir e pedido, situação que se amolda na disposição do artigo 4º, IV da Resolução 299 do CONTRAN transcrita abaixo:

Art. 4º A defesa ou recurso não será conhecido quando:

(...)

IV - não houver o pedido, ou este for incompatível com a situação fática; (Grifos nossos).

Intempestiva juntada de documentos e ausente, o efetivo pedido, e com fundamento no Art. 4º, Inc. I e IV da Resolução nº 299 do CONTRAN, VOTO no sentido de **NÃO CONHECER** do recurso interposto, **pelas razões ora expostas, julgando VÁLIDO o Registro do Auto de Infração nº. R000504717** lavrado contra **FABRÍCIO NASCIMENTO PEREIRA**, mantendo a exigibilidade daquele Auto de Infração.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, NÃO **CONHECER** do Recurso apresentado, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **R000504717** pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 23 de junho de 2020

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular/ SIT - Relatora

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Maria Fernanda Cunha – Secretária da JARI